

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 do Standard Chartered Bank (Brasil) S.A. – Banco de Investimento (“SC Brasil”), elaborados em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), Conselho Monetário Nacional e Lei das Sociedades por Ações. Em meados de 2009, o acionista majoritário do SC Brasil, Standard Chartered Bank, formalizou pedido ao BACEN para a incorporação de um banco de investimento com autorização para

operar no mercado de câmbio no país. Através de ofício datado de 20 de abril de 2010, o BACEN aprovou a licença e o Banco iniciou suas operações no mercado local em maio de 2010. Com o fortalecimento das relações comerciais do Brasil com países da Ásia, África e Oriente Médio, regiões onde o Grupo Standard Chartered Bank (“Grupo”) está presente há mais de um século, o Brasil passou a ser um mercado estrategicamente importante dentro do Grupo. Nesse contexto, o foco inicial do SC Brasil foi intensificar os relacionamentos com os clientes locais e

internacionais. Os produtos oferecidos desde então são concentrados nos segmentos de câmbio, juros e tesouraria e, dentre aqueles previstos no plano de negócios original apresentado ao Banco Central do Brasil, os produtos com características de concessão de crédito estão sob avaliação para futura implementação e portanto, ainda não estão disponíveis.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 - (Em milhares de Reais)

Ativo	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
Circulante	2.160.029	328.249	2.038.695	206.576
Disponibilidades (nota 4)	8.240	1.842	354.284	189.589
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	540.421	75.550	332.875	-
Aplicações em operações compromissadas	540.421	75.550	-	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (notas 6 e 7)	258.128	247.310	1.351.536	16.987
Carteira própria	20.472	223.944	10	29
Vinculados à prestação de garantias	119.293	23.294	1.320.380	-
Instrumentos financeiros derivativos	118.363	72	7.773	3.366
Outros créditos	1.353.137	3.463	2.656	2.420
Câmbio (nota 13)	1.334.672	-	9.793	9.145
Negociação e intermediação de valores (nota 8)	4.667	1.915	1.783	-
Rendas a receber (nota 15)	4.917	-	9.141	2.027
Diversos (nota 9)	8.881	1.548	-	-
Outros valores e bens (nota 10)	103	84	50.677	137
Despesas antecipadas	103	84	50.677	137
Não circulante	116.895	57.748	50.677	137
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	11.720	-	50.677	137
Aplicações em DI	11.720	-	3.834	-
Títulos e valores mobiliários (notas 6 e 7)	101.279	57.748	46.843	80
Carteira própria	54.530	-	-	57
Vinculados à prestação de garantias	41.358	44.276	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.391	13.472	46.843	80
Outros créditos	3.896	-	187.954	179.674
Câmbio	3.896	-	178.256	178.256
Permanente	402	390	178.256	178.256
Imobilizado de uso (nota 11)	402	390	446	89
Outras imobilizações de uso	556	400	7.840	1.217
(-) Depreciações acumuladas	(154)	(10)	1.412	112
Total	2.277.326	386.387	2.277.326	386.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 - (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				
	Capital realizado	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Ajuste ao valor de mercado	Lucro ou prejuízo / período
Saldo em 30 de junho de 2011	178.257	287	3.761	(98)	182.207
Ajuste reserva períodos anteriores	-	-	2.849	-	2.849
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	-	-	1.510	1.510
Lucro líquido do período	-	-	-	-	3.172
Destinação:					
Reserva legal	-	159	-	-	(159)
Reservas especiais de lucros	-	-	3.013	-	(3.013)
Dividendos	-	-	(1.783)	-	(1.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	178.257	446	7.840	1.412	187.955
Mutações do período - Segundo semestre de 2011	-	159	4.079	1.510	5.748
Saldo em 31 de dezembro de 2010	178.257	89	1.217	112	179.675
Ajuste reserva períodos anteriores	-	-	2.849	-	2.849
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	-	-	1.300	1.300
Lucro líquido do período	-	-	-	-	7.131
Destinação:					
Reserva legal	-	357	-	-	(357)
Reservas especiais de lucros	-	-	6.774	-	(6.774)
Dividendos	-	-	(3.000)	-	(3.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	178.257	446	7.840	1.412	187.955
Mutações do período - Exercício 2011	-	357	6.623	1.300	8.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 - (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: Com a internacionalização do mercado financeiro brasileiro nas últimas décadas e fortalecimento das relações comerciais do Brasil com países da Ásia, África e Oriente Médio, regiões onde o Standard Chartered Bank está presente há mais de um século, o Brasil passou a ser um mercado importante dentro da estratégia internacional do Grupo Standard Chartered. Em meados de 2009, o Standard Chartered Bank formalizou pedido ao BACEN para a incorporação de um banco de investimento com autorização para operar no mercado de câmbio no país. Através de ofício datado de 20 de abril de 2010, o BACEN concedeu a licença. O Banco iniciou suas atividades em 24 de maio de 2010, com o objetivo principal de apoiar e desenvolver negócios que envolvam a África, Ásia e Oriente Médio, com foco em um grupo seleto de clientes locais e multinacionais e oferecendo produtos nos segmentos de câmbio, juros e tesouraria. No período de 2011, o Banco procurou intensificar os relacionamentos pré-existentes com os clientes locais e promover um crescimento coordenado e estruturado no volume de operações.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração dessas demonstrações financeiras, foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência. A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela **Administração do Banco** em 1º de março de 2012.

3. Resumo das principais práticas contábeis: **a. Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, sendo as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas diariamente até à data do balanço. **b. Caixa e equivalentes de caixa** - Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, na demonstração dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades e às aplicações em operações compromissadas - posição bancada contratadas com prazo inferior a 90 dias. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - Registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até à data do balanço. **d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são classificados pela Administração, de acordo com a intenção de negociação independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria estão sendo apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento; **ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; **iii. Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos de renda fixa foi apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgados pela ANBIMA. **e. Instrumentos financeiros derivativos** - Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados. Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionado no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza: **i. Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado. **ii. Hedge de fluxo de caixa** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados da parcela efetiva do *hedge*, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **f. Acordo de compensação e liquidação de obrigações** - O Standard Chartered Bank Brasil – Banco de Investimento, possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo. **g. Imobilizado** - O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, equipamentos e instalações e 20% para sistemas de comunicação, processamento de dados, segurança e transportes. **h. Impairment de ativos não financeiros** - O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008, a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como *agio* e *marca*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment*, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o ativo contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. **i. Outros ativos e passivos** - Os ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e a provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base *pro rata* dia). **j. Imposto de renda e contribuição social** - As provisões para o imposto de renda e a contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social e ajustadas conforme legislação fiscal. Introduzido pela Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, a administração observará o Regime Tributário de Transição (RTT) para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Reservas livres	283	289
Disponibilidades em moeda estrangeira	7.957	1.553
Operações compromissadas - Posição bancada	540.421	75.550
Letras do Tesouro Nacional - LTN	520.214	75.550
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.207	-
Total disponibilidades	548.661	77.392

	2011		
	Até 3 meses	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses
Aplicações no mercado aberto	520.214	520.214	520.214
Operações compromissadas - Posição bancada	20.207	20.207	20.207
Letras do Tesouro Nacional - LTN	20.207	20.207	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.207	20.207	-
Total operações compromissadas	540.421	540.421	-
Aplicações depósitos interfinanceiros	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	11.720	-	11.720
Total depósitos interfinanceiros	11.720	-	11.720

	2010		
	Até 3 meses	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses
Aplicações no mercado aberto	75.550	75.550	75.550
Operações compromissadas - Posição bancada	75.550	75.550	75.550
Letras do Tesouro Nacional - LTN	75.550	75.550	-
Total operações compromissadas	75.550	75.550	-

6. Títulos e valores mobiliários - TVM

Classificação e mobilização de carteira

	2011				
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Títulos disponíveis para venda	60.934	636	61.570	7.040	54.530
Carteira própria	60.934	636	61.570	7.040	54.530
Vinculados à prestação de garantias	158.935	1.716	160.651	119.293	41.358
LTN	158.935	1.716	160.651	119.293	41.358
Total disponíveis para venda	219.869	2.352	222.221	126.333	95.888
Títulos para negociação	13.428	4	13.432	13.432	-
Carteira própria	13.428	4	13.432	13.432	-
LTN	13.428	4	13.432	13.432	-
Total para negociação	13.428	4	13.432	13.432	-
Total carteira TVM	233.297	2.356	235.653	139.765	95.888

	2010				
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Títulos disponíveis para venda	223.904	40	223.944	223.944	-
Carteira própria	223.904	40	223.944	223.944	-
Vinculados à prestação de garantias	67.424	146	67.570	23.294	44.276
LTN	67.424	146	67.570	23.294	44.276
Total disponíveis para venda	291.328	186	291.514	247.238	44.276

Em 31 de dezembro de 2011, os ajustes a valor de mercado no montante positivo de R\$ 11.412 (2010 – R\$ 112), estavam registrados em conta do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, originado da provisão para impostos diferidos no montante de R\$ 941 (2010 – R\$ 34). Durante o período, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias descritas na nota 3d. Os títulos e valores mobiliários componentes da carteira estão registrados e custodiados, em conta própria do Banco, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2011, o Banco não possuía títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento”.

7. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com diversas contrapartes para administrar nossas exposições e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias posições. Contratos futuros de moedas estrangeiras são compromissos para comprar e vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. Para esses instrumentos são efetuadas liquidações diárias relacionadas às variações nos preços de mercado. Contratos de *swaps* de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. O valor de mercado dos *swaps* é apurado considerando os fluxos de caixa projetados de cada uma de suas pontas, descontados à valor presente de acordo com suas respectivas curvas de juros, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. As curvas de juros utilizam modelos aprovados internamente pela área responsável por gestão de riscos do grupo. As principais taxas de juros utilizadas na composição das curvas de juros são extraídas dos futuros e *swaps* negociados na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F, sendo que ajustes às tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados sem liquidez suficiente para serem representativos, ou, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado. O risco de mercado e de crédito associado a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte descumprir a sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de *swaps* proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. O gerenciamento destes e de outros fatores de risco são baseados em modelos internos de análise quantitativa, qualitativa e estatística que permitem ao Banco controlar estes fatores em operações com instrumentos financeiros classificados. Em 31 de dezembro de 2010, o Banco não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados para fins de *hedge* de risco de mercado e *hedge* de fluxo de caixa. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

	2011		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor referencial
Operações de swap	1.658	(46.605)	1.720.132
CDI x Dólar	611	(10.974)	1.320.339
CDI x Libor	-	(34.362)	348.175
Dólar x Dólar	16	(1)	429.723
Libor x Dólar	7	(1.268)	348.175
Pré x CDI	1.024	-	18.720
Operações com futuros	328	2.633	2.216.236
Posição comprada	-	2.363	582.880
Cupom cambial - DDI	158	6	1.365.959
DI de 1 dia	170	264	267.397
Posição vendida	4.339	8	1.337.228
Cupom cambial - DDI	4.339	4	1.332.200
DI de 1 dia	-	4	5.028
Dólar	-	-	-

A Administração

Demonstração do Resultado

Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	2º Semestre		
	2011	2011	2010
Resultado da intermediação financeira	61.115	75.153	22.108
Resultado de títulos e valores mobiliários	37.425	63.764	20.764
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 7 d)	23.690	11.389	560
Resultado de câmbio	(3.318)	-	784
Despesas da intermediação financeira	(43.318)	(45.337)	(6.850)
Captações no mercado	(14.885)	(26.597)	(6.850)
Operações de empréstimos e repasses	(1.242)	(1.407)	-
Resultado de câmbio	(27.191)	(17.333)	-
Resultado da intermediação financeira	17.796	29.816	15.258
Outras receitas / despesas operacionais	(12.716)	(18.947)	(11.193)
Receitas de prestação de serviço (nota 17)	16.20		

(...Continuação)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Em milhares de Reais)

11. Composição do imobilizado de uso

	2011			2010			
	Custo inicial	Aquisições	Depreciação acumulada	Saldo final	Aquisições	Depreciação acumulada	Saldo final
Imobilização em curso	215	86	-	301	215	-	215
Instalações, móveis e equipamentos de uso	101	70	(129)	42	101	(7)	94
Sistema de comunicação	22	-	-	22	22	(2)	20
Sistema de processamento de dados	62	-	(25)	37	62	(1)	61
Total	400	156	(154)	402	400	(10)	390

12. Depósitos a prazo: Os depósitos são efetuados a taxas de mercado. Os vencimentos estão assim distribuídos:

	2011			2010		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Depósito a prazo com certificado	152.596	201.688*	354.284	-	189.589*	189.589*

* No Balanço Patrimonial de 2011 e 2010, os depósitos estão classificados no passivo circulante, uma vez que foram emitidos com compromisso de liquidez, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

13. Câmbio: A carteira de câmbio apresenta a seguinte posição em 31 de dezembro de 2011:

	Vencimento			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	
Câmbio comprado a liquidar	747.736	444.433	301.328	1.912
Exportação	186.949	43.045	143.904	-
Financeiro	337.518	337.518	-	-
Arbitragem	223.269	63.870	157.424	1.975
Direitos sobre venda de câmbio	590.833	438.594	150.318	1.921
Financeiro	375.266	375.266	-	-
Arbitragem	215.567	63.328	150.318	1.921
Câmbio vendida a liquidar	592.623	439.266	151.445	1.912
Financeiro	375.020	375.020	-	-
Arbitragem	217.603	64.246	151.445	1.912
Obrigações por compra de câmbio	731.591	444.235	285.435	1.921
Exportação	178.285	43.168	135.117	-
Financeiro	337.739	337.739	-	-
Arbitragem	215.567	63.328	150.318	1.921

14. Obrigações por empréstimos e repasses: São representados por recursos captados em bancos no exterior, junto às instituições financeiras do Standard Chartered e taxa de juros de 0,48% ao ano.

	2011	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
Empréstimos no Exterior - Partes relacionadas	191.842	141.033
Total	191.842	141.033

15. Outras obrigações: a. Cobrança e arrecadação de tributos - Refere-se ao IOF a recolher sobre operações de câmbio no montante de R\$ 10 (2010 – R\$ 29). b. Fiscais e previdenciárias - Refere-se, basicamente à provisão para impostos e contribuições sobre o lucro no montante de R\$ 3.428 para IRPJ (2010 – R\$ 1.600), e R\$ 2.114 para CSLL (2010 – R\$ 970), impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 565 (2010 – R\$ 779), e provisões para impostos e contribuições diferidos no montante de R\$ 1.666 (2010 – R\$ 75). c. Diversos - Refere-se, principalmente à provisão para pagamento de férias no montante de R\$ 2.187 (2010 – R\$ 759), provisão para pagamento de bônus no montante de R\$ 6.189, provisão para pagamento de despesas com publicação no montante de R\$ 51, provisão para pagamento de manutenção no montante de R\$ 574 e provisão para pagamento de serviços técnicos no montante de R\$ 103.

16. Patrimônio líquido: a. Capital social - O capital social, totalmente integralizado, está representado por 178.256.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício de 2011 foi provisionado dividendos a pagar no valor de R\$ 1.783 (2010 – R\$ 189). b. Reserva legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor da Reserva Legal, constituída no exercício de 2011 foi de R\$ 356 (2010 – R\$ 84). c. Reservas especiais de lucros - Foi constituída em 31 de dezembro de 2011, com os lucros auferidos no ano de 2011. O valor de "Ajuste Reserva períodos anteriores" de R\$ 2.849 refere-se ao imposto diferido resultado de recálculo de valor a mercado de contratos derivativos (futuros). d. Lucros acumulados - O saldo dos lucros acumulados foi totalmente destinado em 31 de dezembro de 2011, atendendo à Resolução nº 3.605 do Banco Central.

17. Receita da prestação de serviço: Com o objetivo de possibilitar uma melhor prospecção dos clientes brasileiros, pelo Standard Chartered Bank do Reino Unido, a filial brasileira presta uma série de serviços de assistência e suporte (técnico e administrativo). O custo desses serviços é reembolsado pela filial britânica mensalmente, acrescido dos impostos incidentes sobre essa receita.

18. Despesas de pessoal

	2º Sem. 2011	2011	2010
Benefícios	1.525	2.725	1.074
FGTS	660	1.232	546
INSS	1.964	3.577	1.773
Previdência complementar	438	747	209
Proventos	16.080	31.748	7.314
Treinamento	125	247	286
Total	20.792	40.276	11.202

19. Previdência complementar: O Banco é um dos patrocinadores da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais, sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Banco contribuiu com R\$ 438 (2010 – R\$ 209) para o fundo.

20. Despesas administrativas

	2º Sem. 2011	2011	2010
Despesa de alugueis	1.490	2.840	1.243
Despesas de comunicações	554	1.025	366
Despesas de manutenção e conservação	55	118	-
Despesas de material	73	120	-
Despesa de processamento de dados	974	1.834	884
Despesa de serviços do sistema financeiro	759	1.386	241
Despesas de publicação	12	113	-
Despesa de serviços de terceiros	198	328	164
Despesa de serviços técnicos especializados	721	1.471	1.200
Despesa de vigilância e segurança	60	124	-
Despesa de viagens	844	1.208	511
Despesa de promoções e relações públicas	30	55	106
Despesa de transporte	75	156	-
Despesa de condomínio	146	270	129
Outras despesas administrativas	469	693	409
Total	6.460	11.741	5.253

21. Despesas tributárias: Referem-se, basicamente, a despesas de PIS e COFINS no montante de R\$ 1.166 (2010 – R\$ 846), despesa de ISS no montante de R\$ 852 (2010 – R\$ 379), despesa de IOF no montante de R\$ 69 (2010 – R\$ 712) e despesa de IPTU/TFE no montante de R\$ 32 (2010 – R\$ 43).

22. Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2º Sem. 2011	2011	2010
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	5.078	10.869	4.074
Diferenças temporárias / Permanentes	6.020	4.840	2.390
Marcação a mercado - TVM e derivativos	(533)	(1.815)	2.361
Provisões passivas	6.321	6.321	-
Outras despesas não dedutíveis	232	334	29
Base negativa / Prejuízo fiscal do exercício anterior	(238)	(1.622)	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	10.860	14.087	-
Deduções diretas	-	-	-
Incentivo Fiscal PAT - Somente para IRPJ	(51)	(70)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(3.708)	(5.541)	2.570
Alíquotas de 15% para imposto de renda e adicional de 10%	(2.287)	(3.428)	1.600
Alíquotas de 15% para contribuição social	(1.422)	(2.114)	970
Base de cálculo do ativo fiscal diferido	6.321	6.321	-
Provisões passivas	6.321	6.321	-
Ativo fiscal diferido	2.528	2.528	-
Base de cálculo do passivo fiscal diferido	(1.814)	(1.814)	-
Marcação a mercado - TVM e derivativos	(1.814)	(1.814)	-
Passivo fiscal diferido	(726)	(726)	-
Imposto de renda - Corrente	(2.287)	(3.428)	1.600
Imposto de renda - Diferido	1.127	1.127	-
Contribuição social - Corrente	(1.422)	(2.114)	970
Contribuição social - Diferido	676	676	-
Total do imposto de renda e contribuição social	(1.906)	(3.738)	2.570
Base de cálculo do passivo fiscal diferido - PL	-	-	-
Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social - MTM PL	-	-	-
Passivo fiscal diferido	(2.516)	(2.352)	(186)
Marcação a mercado - TVM e derivativos - PL	(2.516)	(2.352)	(186)
Total	(1.006)	(940)	(75)
Imposto de renda	(629)	(588)	(47)
Contribuição social	(377)	(352)	(28)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

23. Participação nos lucros: As participações estatutárias no lucro referem-se ao provisionamento das participações dos funcionários nos resultados do Banco.

24. Partes relacionadas: a. Transações com entidades do grupo - O Banco mantém negócios, em condições usuais de mercado, com o Standard Chartered Participação e Assessoria Econômica Ltda. e a Matriz. Os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, são apresentados como seguem:

	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Credores diversos - Locação de bens imóveis	-	(600)
Depósitos a prazo	(3.053)	(108)
Receita de prestação de serviços	-	36.466
Obrigações em moeda estrangeira	(191.842)	(1.242)
Derivativos	(1.245)	(128)
Total	(196.140)	34.388

b. Remuneração da administração - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores, em 2011, foram considerados os diretores estatutários. A despesa no exercício com a remuneração dos administradores, incluindo salários e encargos, participações nos lucros e gratificações, encargos sobre gratificações, plano de aposentadoria e pensão e outros benefícios exclusivos aos diretores, monta um total de R\$ 8.653.

Benefícios de curto prazo a administradores

	2011
Proventos	6.116
Benefícios	453
Encargos sociais	2.084
Total	8.653

25. Outras informações: a. Contingências - O Banco não possui conhecimento de ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

b. Avais e fianças - Em 31 de dezembro de 2011, o Banco não possui responsabilidade por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros. c. Acordo da Basileia - O Standard Chartered Bank (Brasil) S.A. – Banco de Investimento, mantém patrimônio de referência compatível com os riscos de suas atividades, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil. O cálculo do Índice de Basileia foi efetuado de acordo com a seguinte fórmula:

PR*100 / (PRE/fator F), conforme determinado pelo BACEN.

Em 31 de dezembro de 2011, o índice do Standard Chartered é de 26,88%.

	2011	2010
Patrimônio de Referência (PR)	189.737	179.863
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	77.635	14.440
Valor Total da Parcela PEPR	61.630	2.289
Valor Total da Parcela PJUR [1]	229	122
Valor Total da Parcela PJUR [2]	5.578	1.831
Valor Total da Parcela POPR	10.198	10.198
Valor correspondente ao RBAN	813	523
Valor da margem	111.289	164.900

26. Gestão de risco operacional: É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal associados à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.380, o Banco conta com uma estrutura de gerenciamento de risco operacional. A estrutura adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponibilizada em nosso site, através do endereço: www.standardchartered.com.br.

27. Gestão de risco de mercado: Está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.464/07, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de riscos de mercado. A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de regimes de diretrizes instituídas para controle de Riscos Globais do Grupo Standard Chartered. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado está disponível em nosso site, através do endereço: www.standardchartered.com.br.

A Diretoria Celso Hissashi Maehata - CRC 1SP21979/O-4

Aos

Administradores e Acionistas do

Standard Chartered Bank (Brasil) S.A. – Banco de Investimento

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Standard Chartered Bank (Brasil) S.A. – Banco de Investimento ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Standard Chartered Bank (Brasil) S.A. – Banco de Investimento em 31 de dezembro de 2011 e do exercício findo naquela data, estarem de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Ricardo Anhesini Souza
Contador CRC 1SP152233/O-6